

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Memória Social e Poder: os desafios contemporâneos

**Narrativas Patrimoniais e Turísticas em Cidades Históricas:
(des)(re)construções do luso-tropicalismo no Brasil e em Portugal**

Mariana Selister Gomes

Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Santa Maria

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe

Resumo

A versão hegemônica da história do Brasil Colônia tem sido considerada acrítica, eurocêntrica e luso-tropical. Destes embates decorreram as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 voltadas para a história e a cultura afro e indígena nas escolas. Além da educação formal, as cidades históricas também (re)produzem versões da história e constroem a memória coletiva de forma seletiva, através de suas narrativas turísticas e patrimoniais, inseridas em uma ordem discursiva de saber-poder. Esta pesquisa adentra nestas disputas simbólicas para compreender quais versões da História do Brasil Colônia estão sendo difundidas em cidades históricas. Foi empreendida uma pesquisa empírica, utilizando-se como metodologia a análise de práticas discursivas. Após análise de 10 cidades (Salvador, Recife, Olinda, São Cristóvão, Laranjeiras, Outro Preto, Lisboa, Belmonte, Porto, Sintra) e de 50 museus concluiu-se que apenas dois apresentam a história com olhar crítico sobre a escravidão e abordam as resistências (quilombos, religiões de origem africana, cotidiano): o Museu do Homem do Nordeste, no Recife; e o Museu Ilê Ohum Lailai, no Terreiro Ilê Axé Opo Afonjá, em Salvador. Mesmo os museus voltados à temática afro, como os Museus Afro-Brasileiros de Salvador e de Laranjeiras e o Museu da Abolição no Recife, nem sempre narram uma história crítica. A história indígena está praticamente ausente. As mulheres aparecem apenas como submissas (quando são mencionadas). Mantém-se uma ordem discursiva luso-tropical.

Palavras-chave: Discursos, Poder, Patrimônio Cultural, Turismo, Luso-tropicalismo

Introdução

Inicia-se este artigo, parafraseando Edward Said, na Introdução do livro “O Orientalismo” (2007): Seria o caso de eu dizer que não tenho uma História Colonial “real” a defender. Tenho, contudo, enorme consideração pela fortaleza das pessoas afetadas pelo colonialismo patriarcal – mulheres, negros e indígenas – bem como, por seu esforço de continuar lutando por sua concepção do que são e do que desejam ser.

Esta pesquisa partiu, portanto, dos embates sociais, das disputas discursivas em torno da memória colonial. Em 2012, a Organização das Nações Unidas criticou Portugal¹ por narrar, em suas escolas, uma história inexata sobre o período colonial. Esta história inexata e mítica (Lourenço, 1999) estaria marcada: pelo silêncio sobre o racismo e o sexismo; pelo reforço do papel do português como civilizador; pela ausência de críticas ao extrativismo, à escravidão, ao colonialismo e à imposição da cultura europeia; e, ainda, pela invisibilidade, inferiorização e folclorização da contribuição de indígenas e africanos. Esta mesma versão luso-tropical (Almeida, 2000; Castelo, 1998) da História é criticada há algum tempo no Brasil (Guimarães,

¹ A crítica da ONU circulou na mídia portuguesa e brasileira. Cita-se, como exemplo, a reportagem “ONU critica Portugal por ensino inexato do passado”, de um dos principais jornais brasileiros “O Estadão”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,onu-critica-portugal-por-ensino-inexato-do-passado-,931220,0.htm>

2005; Munanga, 1999), tendo decorrido destes embates a Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas, complementada pela Lei 11.645/2008, que se refere a História e Cultura dos Povos Indígenas.

Apesar deste debate étnico-racial ter avançado no que tange a historiografia e a educação, o patrimônio cultural e o turismo permanecem pouco questionados neste âmbito e se tornam objeto desta pesquisa². As cidades históricas, através de suas narrativas patrimoniais e turísticas, também (re)produzem versões da História (Choay, 2001; Canclini, 1999; Gastal, 2006) e fazem parte da emergência e consolidação de uma ordem discursiva de saber-poder (Foucault, 1986, 2004, 2008). No que tange ao gênero e ao movimento de mulheres, já no início do século XX, as Sufragistas inglesas denunciaram os museus como espaços de inferiorização³.

Neste sentido, interessou a esta pesquisa adentrar neste espaço de disputas simbólicas, para responder: quais versões da História do Brasil e de Portugal estão sendo difundidas nas narrativas patrimoniais e turísticas de cidades históricas do período colonial? A ordem discursiva luso-tropical (imbricada em relações de poder racistas e sexistas) tem sido reproduzida?

A fim de responder a este problema foi empreendida uma pesquisa empírica, a qual utilizou como metodologia a análise de práticas discursivas (textos, falas e imagens), no âmbito da arque-genealogia do saber-poder, a qual é inspirada no modo de operar de Michel Foucault. As técnicas de coleta de dados foram: observação direta e entrevistas. Como material empírico utilizou-se: os discursos expressos nos museus e nos monumentos; bem como, aqueles difundidos por gestores do patrimônio cultural.

Foram analisadas 10 cidades: Salvador, Recife, Olinda, São Cristóvão, Laranjeiras, Outro Preto, Lisboa, Belmonte, Porto e Sintra; abrangendo 50 museus e inúmeros monumentos. Os dados ainda estão em análise e este artigo constitui-se como *work in progress* da análise geral do projeto. Alguns trabalhos já foram divulgados com resultados parciais desta pesquisa: uma análise sobre a cidade de Salvador (Gomes, 2014) e um trabalho dedicado ao Museu Afro-Brasileiro de Laranjeiras (Gomes e Costa, 2015) e uma análise sobre a cidade de São Cristóvão (Gomes e Vasconcelos,

² Pesquisa financiada pelo CNPq e pela CAPES, através da Chamada Pública nº43/2013.

³ Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,um-velazquez-e-retalhado-pelo-direito-de-voto,9831,0.htm>

2016). A seguir serão apresentados os referenciais teóricos e metodológicos e, em seguida, a análise em andamento dos dados em seu conjunto.

1. Referenciais Teóricos e Metodológicos

A Análise de Práticas Discursivas ou a Arque-Genealogia

A analítica proposta na pesquisa segue uma inspiração foucaultiana. Michel Foucault (Poitiers, 1926 – Paris, 1984) foi um dos intelectuais mais importantes do século XX. Suas reflexões contribuíram, e continuam a contribuir, para diversas áreas do conhecimento. No entanto, o autor não definiu sua teoria e metodologia de forma rígida. Em entrevista a Pol-Droit (2006) Foucault afirma que suas obras poderiam ser usadas por outros autores como uma “caixa de ferramentas”. Alguns autores procuraram sistematizar a metodologia de Foucault, através dos termos arqueologia, genealogia e arque-genealogia, como: Machado (1986), Deleuze (1998), Veyne (2008), e Dreyfus e Rabinow (2010).

Em síntese, é possível afirmar que Arqueologia do Saber (Foucault, 2004) e a Genealogia do Poder (idem, 1986) propõem o resgate dos percursos de construção dos saberes, assim como, a análise de como estes compõem relações de poder. A emergência de saberes é perceptível através de diversos vestígios discursivos (textos e imagens de diferentes fontes) de maneira não necessariamente organizada e programada (por isso a analogia com o método arqueológico). A análise das relações de poder permite compreender a emergência e a naturalização de determinados saberes, assim como, identificar uma ordem discursiva hegemônica (esse mapeamento é chamado de genealogia).

A Análise de Práticas Discursivas pode ser entendida correlacionada à Arque-genealogia. Veyne (2008) demonstra que em Foucault não há uma separação entre discurso e realidade social. Machado (1996) aponta que Foucault estabelece uma relação entre práticas sociais e práticas discursivas, sem que nenhuma seja determinante da outra. As práticas discursivas/saberes e as práticas sociais/relações de poder são inseparáveis. Por isso esses autores apresentam o conceito de Saber-Poder.

Segundo Dreyfus e Rabinow (2010) o método original de Foucault deve ser entendido como uma “analítica interpretativa” que combina a arqueologia e a genealogia (idem: 139). A arqueologia (do saber) consiste na análise de variados discursos e a genealogia (do poder) é a análise daquilo que limita, condiciona e institucionaliza as formações discursivas (idem: 139). A arqueologia e a genealogia consistem em uma história efetiva (idem: 147), contextual, não totalizante e, sobretudo, uma história do presente (idem: 157). A história é entendida não como análise do passado a partir do presente; mas como análise do presente a partir do passado. É desta forma que se busca, nesta pesquisa, analisar as narrativas das cidades históricas, como retratos das relações do poder e das disputas discursivas do presente.

Analisando Cidades: Memória, Poder, Patrimônio Cultural e Turismo

As cidades não são apenas construções arquitetônicas, mas também, construções simbólicas, como demonstram Barreira (2011) e Gastal (2006). Inclusive, as próprias disposições arquitetônicas são discursos imersos em relações de poder, como aponta Foucault (1986). Isto significa que as cidades são “textos” e podem ser lidas e interpretadas em seus sentidos.

As cidades ditas históricas (re)produzem versões da História, sobretudo através de suas narrativas turísticas e patrimoniais. A relação entre turismo e patrimônio culturais tem sido analisada através de duas visões principais: uma paranoica e outra utilitarista (Canclini, 1999). A primeira aponta os aspectos negativos do turismo, destacando a transformação da cultura em mercadoria e o alijamento da comunidade de sua própria cultura. A segunda defende o turismo, centrando-se na capacidade do turismo de gerar riqueza, de valorizar e dinamizar o patrimônio. Para além desta visão simplista dicotômica, destaca-se que a relação entre turismo e patrimônio é mais complexa. Ambos estão inseridos na *cultura da memória*.

Conforme Huyssen (2000), atualmente há um grande interesse nas questões do passado, associado a comercialização da nostalgia. Choay (2001) aponta no mesmo sentido ao destacar que a difusão em massa de bens culturais através do turismo possibilitou que milhões de pessoas se interessassem por monumentos históricos, mas que este interesse se deu mediado pelo capitalismo. Assim "os monumentos e patrimônio histórico adquiriram dupla função - obras que proporcionam saber e prazer,

postos à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos" (Choay, 2001, p. 211).

No processo de construção social da memória (Halbwachs, 1990), tanto as narrativas turísticas como patrimoniais jogam um papel importante. Pollak (1989) destaca que a memória coletiva deve ser entendida a partir de sua função social, tendo vista os processos arbitrários de produção desta memória. No mesmo sentido, Chagas (2003, p.141) afirma que: “memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável”.

Neste artigo, turismo e patrimônio são entendidos a partir da *cultura da memória*, como espaços de (re)construção de narrativas sobre passado, nas tramas do saber-poder.

Contextualizando o Mito da Democracia Racial ou Luso-tropicalismo

Segundo Foucault (1996) o biopoder se torna a forma principal de poder no século XIX, a qual estaria marcada pela produção de populações, através do dispositivo da racialização. Autores da Teoria Pós e Descolonial também destacam a importância da racialização como elemento central do poder na Modernidade, cunhando o conceito de colonialidade de poder (Quijano, 2005).

No caso do colonialismo português, a racialização tem contornos específicos. Castelo (1998) define o luso-tropicalismo como “o modo português de estar no mundo”. A mesma ideologia é definida por Telles (2003) como uma forma de “racismo à brasileira” (no sentido de um racismo específico do Brasil). Poder-se-ia afirmar que o luso-tropicalismo consiste numa ordem discursiva, a qual argumenta que os portugueses se misturaram sexualmente com as mulheres negras e indígenas, fundando uma civilização não racista no Brasil, uma civilização portuguesa e mestiça nos trópicos – a civilização luso-tropical. Esta crença torna-se o elemento central da identidade nacional dos dois países. Entende-se que o luso-tropicalismo é uma ordem discursiva, marcada pela colonialidade. Buscar-se-á compreender em que medida esta ordem discursiva ainda é hegemônica nas narrativas de cidades identificadas com o período colonial. O elemento central desta ordem discursiva é a crença em uma “democracia racial” ou “mestiçagem harmônica”, a qual teria sido criada pelos portugueses no Brasil.

Em 1933, com a publicação de *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre pretendeu uma alteração na interpretação da mestiçagem, a qual passa a ser considerada positiva. Conforme Skidmore (1989) os debates intelectuais no Brasil do final do século XIX e início do século XX, influenciados pelas teorias europeias, preocupavam-se com a condição mestiça do Brasil e com o enorme contingente de população negra livre. Segundo o autor, os intelectuais desenvolveram a Teoria do Branqueamento através da qual defenderam que o Brasil deveria incrementar a imigração branca europeia para misturar-se com a população negra para que, desta forma, o Brasil viesse a branquear e se civilizar.

Conforme Gomes (2009), na década de 1930 é latente que a teoria e a política do branqueamento haviam falhado. Neste contexto, a população negra havia conquistado o estatuto de igualdade legal (após anos de discussão, o Código Civil foi aprovado em 1916) e estava organizada através de uma imprensa negra e de associações recreativas, educacionais e políticas. No mesmo contexto, o Modernismo buscou criar, através das artes, uma cultura nacional, recuperando o mito romântico dos viajantes europeus que narrava relações amorosas entre a indígena e o homem branco. Como já havia feito a literatura do século XIX (como José de Alencar), o Modernismo do século XX recuperou este casal mítico como casal fundador da nação.

No mesmo cenário, frente à crise mundial do liberalismo e a decadência das oligarquias brasileiras, Getúlio Vargas assumiu o poder com um projeto nacionalista e unificador da federação, sendo Presidente do Brasil de forma ininterrupta de 1930 até 1945. A fim de controlar a população negra que se organizava e criar um projeto de nação após a falha da mestiçagem para fins de branqueamento, Vargas investiu na ideia da mestiçagem como algo positivo em si mesmo, transformando elementos da cultura negra, antes proibidos ou desvalorizados, em elementos da cultura nacional (como o carnaval e a capoeira) (Ortiz, 1994).

Não só o chamado Estado Novo Brasileiro, mas também, o Estado Novo Português utiliza a obra de Freyre. Conforme Castelo (1998) Portugal assume a teoria de Freyre, sendo a principal ideologia do colonialismo português em África, no século XX. António de Oliveira Salazar, que instituiu a ditadura do Estado Novo em 1933, e foi Primeiro Ministro de 1932 até 1968, convocou Freyre para ser ideólogo de seu regime. Portugal conservava as colônias africanas difundindo a ideia de que seu colonialismo

era brando e benevolente. Conforme Almeida (2000, p. 191): “debaixo do discurso democrático da mestiçagem, está latente o discurso hierárquico do branqueamento”.

Sustentado pelas relações de poder, o luso-tropicalismo se tornou a ordem discursiva hegemônica em Portugal e no Brasil. No entanto, conforme Castelo (1998, p. 41): “[...] o caráter científico do luso-tropicalismo foi desde cedo questionando, não só por activistas dos movimentos africanos de libertação, como por historiadores, antropólogos e outros investigadores sociais”. No contexto brasileiro, esta hegemonia também não ocorreu sem críticas, as quais continuam atualmente.

Os contra-discursos emergiram em movimentos sociais e em discursos acadêmicos. Conforme Nascimento (2003), na década de 1940 se destacam o *Teatro Experimental do Negro* e o *Jornal O Quilombo*, ambos com a participação de Abdias do Nascimento. Na década de 1950, a *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura* (UNESCO) financiou uma investigação sobre as relações raciais no Brasil. O objetivo era apresentar ao mundo uma experiência bem-sucedida de relações raciais, conforme narrada pela obra de Freyre que já possuía impacto mundial. Intelectuais importantes, como Florestan Fernandes, participaram do projeto, o qual levantou dados das condições de vida de negros e brancos e também analisou aspectos mais sutis do racismo. Conforme Skidmore (1989), o Projeto UNESCO frustrou suas expectativas, acabando por evidenciar o racismo no Brasil. Conforme Gomes (2009) a partir de 1964 todos os movimentos sociais são reprimidos pela Ditadura Militar e em 1978 é fundado o Movimento Negro Unificado, marcando o refortalecimento do movimento negro ou surgimento do movimento negro contemporâneo. A partir daí muitas pesquisas demonstraram a presença do racismo no Brasil e analisaram o mito da democracia racial (Guimarães, 2005; Munanga, 2002).

No entanto, apesar das críticas, o luso-tropicalismo permanece no Brasil e em Portugal. No contexto brasileiro, o luso-tropicalismo é acionado, sobretudo, por intelectuais que se manifestam publicamente contra a adoção de ações afirmativas, recuperando a obra de Freyre e alimentando o senso comum sobre a “democracia racial” brasileira (Gomes, 2009). Em Portugal, conforme Almeida (2000), a exaltação do passado colonial, excluindo suas violências, narrado através luso-tropicalismo, torna os imaginários coloniais muito presentes ainda hoje.

2. Análise dos Dados

A pesquisa de campo foi realizada nos anos de 2014 e 2015, abrangendo 10 cidades reconhecidas por seu patrimônio colonial, sendo elas: Lisboa, Sintra, Belmonte, Porto, Salvador, Recife, Olinda, São Cristóvão, Laranjeiras e Ouro Preto. As cidades foram lidas como discursos, inseridos em tramas de poder, conforme mencionado anteriormente. O discurso foi entendido como uma mensagem (enunciado) composta por textos, objetos, disposições arquitetônicas, falas e imagens.

Nas referidas cidades foram aplicadas as seguintes técnicas de pesquisa: (1) observação direta em 50 museus, a partir de um guia de observação com 13 indicadores (portugueses/Portugal, negros/África, índios, mestiçagem, mulheres, religião, etnia, cultura, patrimônio imaterial, patrimônio material, folclore, trabalhadores/escravidão, coronéis/senhores) incluindo textos, objetos, imagens e falas dos monitores; (2) observação direta a inúmeros monumentos dos perímetros tombados, a partir do mesmo guia de observação, incluindo objetos, disposições arquitetônicas e falas dos guias de turismo; (3) 10 entrevistas formais com gestores do patrimônio. O volume expressivo de dados empíricos ainda está sendo analisado e este artigo constitui-se como *work in progress*.

A partir da análise preliminar do material empírico, chegou-se a sete enunciados que emergem e se repetem nas narrativas das cidades em questão, os quais serão analisados e exemplificados a seguir. São eles: (1) a reprodução da mulher nativa (negra, indígena e brasileira) como corpo colonial; (2) a valorização da mestiçagem harmônica; (3) a naturalização da escravidão e do tráfico transatlântico de escravos; (4) a valorização do papel civilizador do português; (5) a naturalização da difusão do catolicismo; (6) o discurso contra-hegemônico da resistência; (7) o discurso contra-hegemônico da religião de matriz africana.

(1) *A Reprodução da Mulher Nativa como Corpo Colonial*

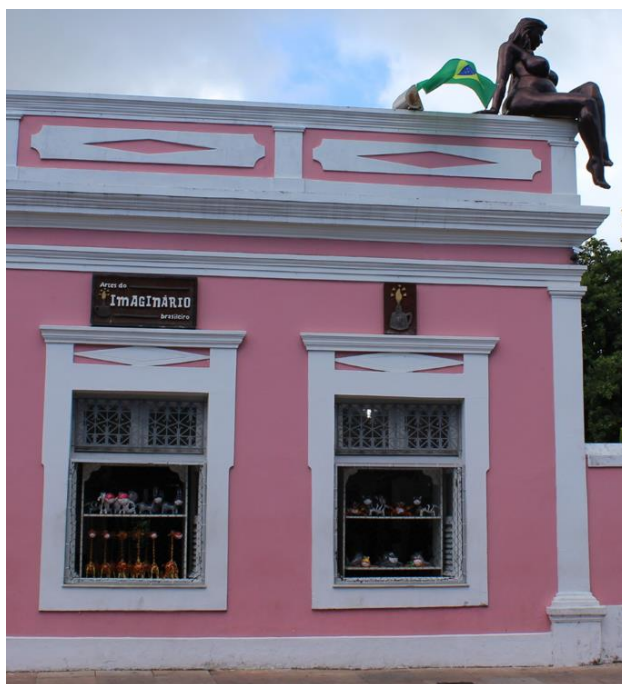
O “corpo colonial” (Oto, 2006; Lugones, 2008) é um conceito explicativo da Teoria da Interseccionalidade (Gomes, 2016), o qual enfatiza que o processo de colonização – marca fundamental da Modernidade – criou e consolidou uma ordem hegemônica de gênero e raça, interseccionados, cujo o exercício do poder incide sobre o corpo e através do corpo. Em “O Couro Imperial”, McClintock (2010) também demonstra esse

exercício do poder colonial sobre e através do corpo, destacando, entre outros, o caso de Saartije Baartman, mulher negra sul-africana que foi exposta nua em circos europeus no século XXI. Não só o Império Britânico usou o corpo como exercício de poder, mas também o Império Português. A coletânea de documentos “Império de Papel” (Martins, 2014) traz diversas imagens do Império Português divulgadas na imprensa da época. Destacam-se os registros da Exposição do Império Português, de 1914, onde mulheres da Guiné foram levadas para Lisboa e expostas nuas ou seminuas. Inclusive, uma delas foi a capa do jornal da época, como símbolo deste Império.

Essa narrativa ainda está bastante presente nos discursos das cidades analisadas, no século XXI. A história colonial que se quer contar ainda é uma história de corpos dóceis, sexualizados e objetificados. Este corpo colonial é sobretudo da mulher. Esta mulher, no Brasil, é a mulher negra e indígena. Em Portugal, é a mulher brasileira, mestiça, símbolo do colonialismo português, construído como bem-sucedido.

A seguir, destaca-se a fachada de um edifício histórico, parte do perímetro tomado do centro histórico de Olinda, localizado no Alto da Sé, desta emblemática cidade turística pernambucana. O edifício abriga hoje uma loja de arte e souvenir, bastante frequentada por turistas, chamada de “Artes do Imaginário Brasileiro”.

Loja Artes do Imaginário Brasileiro, em Olinda

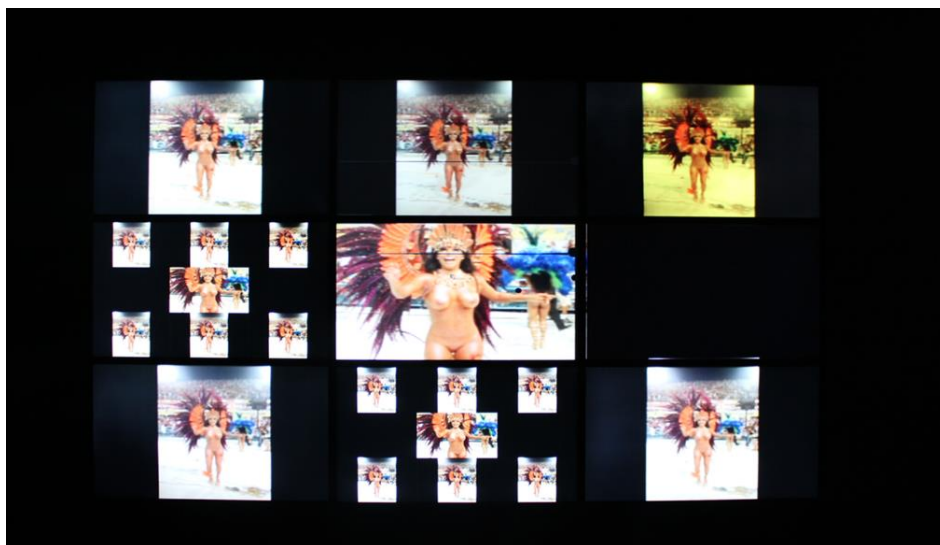


Fonte: a autora

A grande escultura de uma mulher negra nua, localizada no topo do edifício histórico, é a síntese do que se entende por “imaginário brasileiro” e daquilo que uma cidade marcada pelo seu passado e patrimônio colonial quer apresentar. Entende-se este exemplo como um vestígio discursivo da reprodução da mulher negra como corpo colonial.

Outro vestígio que merece destaque encontra-se no Museu dos Descobrimentos Portugueses, na pequena aldeia histórica de Belmonte, local onde nasceu Pedro Alvares Cabral – “o descobridor do Brasil”. O museu utiliza recursos tecnológicos e cenográficos para recriar a trajetória dos descobrimentos, que teriam iniciado nesta pequena aldeia, com seu ilustre cidadão. As últimas salas são dedicadas ao que se tornou o Brasil, fruto desse “espírito empreendedor” dos portugueses. Há uma sala bem construída, com uma narrativa diversificada, com instrumentos musicais e informações interativas sobre a diversidade cultural do Brasil. Há um cenário com alimentos cultivados no Brasil. E, por fim, na última sala, há um grande painel (cerca de dois metros de altura, por três de comprimento) passando um vídeo com imagens do Brasil, entre as quais, destaca-se a mulher nua, conforme imagem abaixo.

Museu dos Descobrimentos de Belmonte



Fonte: a autora

Outros tantos exemplos dessa narrativa foram encontrados, reificando este enunciado da mulher negra, indígena e brasileira como corpo colonial.

(2) A valorização da mestiçagem harmônica

A narrativa da mestiçagem sexual e racial harmônica compõe o centro da ordem discursiva luso-tropical. Também chamada por pesquisadores e pelo movimento negro de “mito da democracia racial”, é entendida como o silenciamento do racismo no Brasil e em Portugal, conforme já debatido neste artigo. Ela está associada ao enunciado abordado anteriormente, pois é o “corpo colonial” que produz essa população mestiça. Este enunciado se faz presente em todas as cidades brasileiras analisadas. Os guias de turismo mencionam sempre as mucamas que tinham filhos com os senhores brancos, como algo positivo e até divertido.

As diferentes expressões da cultura brasileira são sempre apresentadas como símbolo desta mestiçagem harmônica: a Arte (nos Museus de Arte Sacra em São Cristóvão e Olinda), a Música e a Dança (no Passo do Frevo, no Recife), a Gastronomia (mencionada em vários museus e abordada como eixo central de um museu de Salvador), o Teatro (como no Museu do Mamulengo, em Olinda).

Em algumas narrativas, o discurso de mestiçagem é explícito, como no Museu Náutico, no Forte da Barra, em Salvador. Em um dos painéis explicativos encontra-se a seguinte afirmação: “Da África vinham os negros, e esse comércio marítimo triangulado entre Bahia, Lisboa e o resto da África encheu de vida nova o paraíso tupi” (Painel explicativo no Museu Náutico/Forte da Barra).

O que mais chama atenção neste texto de exaltação da mestiçagem harmônica é a sua disposição na expografia do museu. Em frente ao painel onde consta este texto, encontra-se uma maquete de um Navio Negreiro, na qual, em termos de discurso do objeto, está explícita a violência do tráfico. No entanto, os demais elementos do museu, não fazem nenhum direcionamento discursivo para esta violência, conforme abordar-se-á a seguir.

(3) A naturalização da escravidão e do tráfico transatlântico de escravos

A maquete do Navio Negreiro encontrada no Museu Náutico, no Forte da Barra, em Salvador, deixa explícita a violência do tráfico, pois traz miniaturas de homens amarrados em porões. Por outro lado, ao encontrar-se em frente ao painel que exalta

a mestiçagem harmônica e, sem nenhum recurso que favoreça a reflexão⁴, acaba por naturalizar aquela situação. Não há nenhum tipo de sensibilização. A placa indicativa aponta “Navio Negreiro”. Não se menciona o tráfico transatlântico como um Crime Lesa Humanidade.

Um exemplo da naturalização da escravidão é a Senzala, muito bem preservada, no Museu da Casa dos Contos, em Ouro Preto. O edifício do século XVIII abrigava a residência do cobrador de impostos, a casa de fundição, casa dos contratos e também foi sede da Administração Pública da Capitania de Minas Gerais. Na senzala, no subsolo do edifício, estão expostos instrumentos de tortura, ao lado de porcelanas, utensílios de cozinha e outros objetos cotidianos, sem nenhuma crítica, reflexão, ou mesmo, um painel explicativo. No andar superior, há um Museu da Moeda. E no andar térreo, exposições de arte local.

Também naturalizado é o discurso acerca do tráfico presente na exposição permanente do Museu Afro-Brasileiro de Salvador. No painel explicativo sobre o tráfico, há uma afirmação, bastante usada no senso comum, referente a existência de tráfico de escravos na África desde o século I d.C. Há, também, vários momentos em que é utilizada a palavra “escravos”, sendo que em nenhum momento é utilizada a expressão “pessoas que foram escravizadas”; naturalizando, assim, a condição de escravo como inerente a população africana.

A gestora do MAFRO, em entrevista, reconheceu o problema de a narrativa da exposição permanente do museu ter sido criada na década de 1970, por intelectuais africanistas, o que faz com que certos discursos estejam desatualizados. Segundo a gestora, as exposições temporárias buscam suprir esta lacuna, sendo construídas em diálogo com entidades do movimento negro e da cultura negra de Salvador.

⁴ Um exemplo de recurso expográfico que provoca a reflexão encontra-se no Museu da Liberdade, no antigo prédio do DOI-CODI, em São Paulo. Como o lema “Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”, do movimento “Brasil Nunca Mais”, o Museu da Liberdade apresenta reproduções de documentos da censura e depoimentos de vítimas da perseguição política nas salas usadas para prisão e tortura de presos políticos durante a Ditadura Militar Brasileira. Em uma das celas, o visitante entra e depara-se com um espelho, e se vê como um preso político. O ambiente é recriado, para provocar a sensibilização, mas não são expostos instrumentos de tortura. Expografia semelhante tem os Museus dedicados ao Holocausto Judeu. Não está sendo proposto que o mesmo seja feito com o tema da escravidão e do tráfico de pessoas escravizadas. Entende-se que essa questão deve ser protagonizada pelos agentes sociais, como o Movimento Negro. O objetivo aqui foi identificar a forma como tem sido narrada esta tragédia da humanidade, e percebeu-se que é narrada de forma naturalizada, diferente de outras tragédias, que são narradas a partir do sofrimento.

Nas cidades portuguesas analisadas, percebeu-se que tanto os discursos da mestiçagem harmônica, como o da naturalização da escravidão, não estão tão presentes como nas cidades brasileiras. Em Portugal, está havendo uma dissociação entre “descobrimento” e “colonização”, e o foco está claramente nos descobrimentos. Ainda há um silêncio sobre os temas da violência da colonização, mas não há, nos museus contemporâneos, uma exaltação explícita da sociedade colonial. Ainda que se perceba alguns resquícios dessa exaltação colonial na fala de alguns interlocutores. Há, de maneira mais enfática, uma valorização do momento dos descobrimentos, como será analisado a seguir.

(4) A valorização do papel civilizador do português

Portugal deu “Novos mundos ao Mundo”, a célebre frase presente na obra *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, é lugar comum em falas de monitores de museus e mesmo em painéis expográficos, no Brasil e em Portugal. A coragem, o espírito aventureiro, a astúcia, a engenhosidade e a forte ligação com o mar, são elementos exaltados para narrar a história dos descobrimentos portugueses.

Conforme mencionado anteriormente, o centro da identidade nacional portuguesa está no período colonial e no chamado luso-tropicalismo (Castelo, 1998; Almeida, 2000), bem como, no narrar de uma história mítica e não crítica (Lourenço, 1999). No entanto, ao analisar os museus, percebeu-se um deslocamento discursivo, provavelmente causado pelos embates políticos dos últimos anos, pelas tensões discursivas, inclusive presentes na mídia⁵, e pela própria crítica da ONU, já mencionada neste artigo. A história mítica continua, pois não há nenhuma crítica explícita em nenhum museu analisado. No entanto, a exaltação da sociedade colonial (luso-tropical), dá lugar a um fortalecimento da narrativa dos Descobrimentos.

Ao focar nos Descobrimentos, ainda se mantém a narrativa do português civilizador e cordial, assim como, no discurso luso-tropicalista. Mas, escapa-se da crítica, dissociando o descobridor civilizador e cordial (que se torna o centro da narrativa), da colonização violenta que veio depois (a qual não se pode mais negar). O fato de terem

⁵ Cita-se dois artigos publicados, os quais criticam a forma como Portugal narra seu passado. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/04/14/politica/noticia/portugal-evitando-falar-sobre-escravatura-desde-1761-1768756>
Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/12/19/mundo/noticia/lugares-onde-portugal-foi-buscar-escravos-1755273>

sido inaugurados dois museus nos últimos anos intitulados “Museu dos Descobrimentos”, um na cidade do Porto e outro em Belmonte, é elucidativo.

No mesmo sentido se destaca a fala de um dos monitores / intérpretes do Museu e Parque Temático dos Descobrimentos do Porto. Na conversa durante a visita, o monitor estava ciente da pesquisa, e foi perguntado sobre a escravidão e o tráfico de escravos, sendo questionado se este tema era abordado nos guiamentos. O monitor respondeu que os brasileiros perguntavam sobre isso, de uma forma a criticar Portugal, e afirmou que concordava que a escravidão foi terrível, mas enfatizou que o foco no Museu era outro, o foco estava naquilo que os portugueses fizeram de bom, que foi descobrir e conectar o mundo todo.

Este Museu e Parque Temático, como é intitulado, é bastante produzido em termos de cenografia. O espaço principal do museu consiste em um passeio de barco (como uma mini caravela) passando por vários cenários, desde a saída de Lisboa, passando pela África, Cabo da Boa Esperança, Índia, China, Japão, Brasil. O passeio é acompanhado de um áudio, que exalta estes descobrimentos. O contato do português com os diferentes povos é apresentado de maneira cordial. Também cordial, é narrada a difusão da religião católica, como será discutido a seguir.

(5) A naturalização da difusão do catolicismo

O termo “Colonização do Imaginário”, apresentado por Gruzinski (2004), auxilia na compreensão das transformações culturais que sofreram os povos originários das Américas e da África, durante o colonialismo. Particularmente, o autor analisa o contexto do México e a introdução de elementos católicos nas representações indígenas.

Nas cidades pesquisadas é bastante comum encontrar arte barroca com traços fenotípicos negros e indígenas, o que seria uma representação indígena e negra na arte católica. Essa arte pode ser entendida como um símbolo desta colonização do imaginário, pois negros e indígenas eram obrigados a professar a fé católica; e, também, como uma forma de resistência e ressignificação do catolicismo. No entanto, nenhuma destas narrativas foi encontrada associada a esta arte. É apenas apresentado o fato de existirem peças de arte sacra com traços indígenas e negros, pelos monitores dos museus e igrejas.

Um exemplo é a primeira peça da exposição do Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão. Trata-se de um portal de uma antiga igreja de um engenho da região, no qual encontram-se esculpidos anjos com traços indígenas no rosto. Junto ao portal uma pia batismal onde está esculpido um rosto com traços negros.

(6) O discurso contra-hegemônico da Resistência

A grande maioria dos museus pesquisados apresenta uma narrativa tradicional e pouco crítica. No entanto, há também exceções. Um museu que se destaca neste sentido, é o Museu do Homem do Nordeste no Recife, vinculado a Fundação Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação. Em 2011, o museu passou por uma reformulação de sua expografia, modificando fundamentalmente sua narrativa. É interessante destacar o jazigo simbólico colocado no jardim de entrada do Museu, no momento dessa reformulação, no qual está escrito, em uma lápide: “Aqui Jaz nosso protesto contra as arbitrariedades da História”. Esse protesto simbólico parece deixar clara a posição contra-hegemônica do museu.

Em sua expografia, há um espaço dedicado à luta pela terra no Brasil, onde a ocupação por latifúndios é abertamente criticada, bem como, o MST, as populações indígenas e os quilombolas aparecem como protagonistas, com suas falas e imagens transpostas em grandes painéis.

Outro momento marcante da expografia é um corredor, escuro e ambientado com uma música cantada em navios negreiros, onde, de um lado, há um expositor de vidro com algemas da época da escravidão, e, de outro lado, há um expositor de vidro com um açucareiro em ouro, também da época. As salas que se seguem abordam a vida nos engenhos, com todas as suas contradições, bem como, a resistência através dos quilombos e das religiões de matriz africana.

(7) O discurso contra-hegemônico das religiões de matriz africana

As religiões de matriz africana aparecem nas narrativas dos seguintes museus pesquisados: Museu da Abolição, no Recife; Museu do Homem do Nordeste, no Recife; Museu Afro-Brasileiro de Laranjeiras; Museu Afro-Brasileiro de Salvador (exposição temporária). No entanto, onde de fato o Candomblé ganha protagonismo

é no Museu Ilè Ohun Lailai, do Terreiro Ilè Asè Opo Àfonjá, em Salvador, terreiro tombado pelo IPHAN.

O acervo é composto objetos utilizados nos rituais, instrumentos musicais, móveis usados na comunidade, vestimentas das Ìyalorisas, entre outros. As etiquetas identificadoras das peças estão escritas em português, inglês e yorubá; elas não trazem explicação do que o objeto significa para o candomblé, essa informação é transmitida apenas se a monitora achar que deve revelar aquele visitante. Esta perspectiva, de um museu como fonte de informação, mas com a manutenção do segredo religioso, é surpreendente e traz ao museu uma áurea diferente. Fica evidente que o Museu pretende informar sobre a história e cultura afro-brasileira, mas também, dignificar a religião afro, construindo-a como a autoridade máxima daquele espaço. É a religião que irá conduzir a narrativa e depende de critérios religiosos a revelação de informações. A expografia segue, portanto, uma narrativa religiosa, começando por Exu – mensageiro. As peças estão organizadas de forma temática, e não cronológica, como na maioria dos museus tradicionais.

Considerações Finais

Ao finalizar este artigo, cabe destacar que a análise aqui apresentada constitui-se em *work in progress*. Os dados, bastante volumosos, ainda estão sendo analisados e debatidos com os pares, para uma futura publicação em periódico.

Até o presente momento, pode-se afirmar que a ordem discursiva luso-tropical está sendo reproduzida na maioria das narrativas analisadas. Encontrou-se, também, alguns discursos contra-hegemônicos e algumas dissociações discursivas.

Foram identificados, analisados e exemplificados, neste artigo, sete enunciados que emergem e se repetem nas narrativas das cidades em questão. São eles: (1) a reprodução da mulher nativa (negra, indígena e brasileira) como corpo colonial; (2) a valorização da mestiçagem harmônica; (3) a naturalização da escravidão e do tráfico transatlântico de escravos; (4) a valorização do papel civilizador do português (onde há uma dissociação entre colonização e descobrimentos); (5) a naturalização da difusão do catolicismo; (6) o discurso contra-hegemônico da resistência; (7) o discurso contra-hegemônico da religião de matriz africana.

Por fim, destaca-se a importância de debater a memória afro-brasileira e as relações de poder inerentes a ela, sobretudo em espaços ainda pouco trabalhados como as cidades históricas, o patrimônio cultural, os museus e o turismo cultural.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), “Tristes luso-tropicais: raízes e ramificações dos discursos luso-tropicalistas”, em Miguel Vale de Almeida, Um mar da cor da terra: raça, cultura e política de identidade, Oeiras, Celta, pp. 161- 184.

BARREIRA, Irylis (2011), Cidades Narradas: Memória, Representações e Práticas de Turismo, Porto, Pontes.

CASTELO, Cláudia (1998), O Modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), Porto, Afrontamento.

CANCLINI, Néstor Garcia (1999), Los usos sociales del patrimonio. In. Aguilar, Encarnación, Patrimonio Etnológico: nuevas perspectivas de estudio, Junta de Andalucía, Cuadernos del Patrimonio.

CHOAY, Françoise (2001), A alegoria do patrimônio, São Paulo, Editora UNESP.

DREYFUS, Hubert; RABINOW Paul (2010) Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

DELEUZE, Gilles (1998), Foucault, Lisboa, Vega.

FOUCAULT, Michel (1986), Microfísica do poder, São Paulo, Graal.

FOUCAULT, Michel (1996), Genealogía del Racismo, Buenos Aires, Altamira.

FOUCAULT, Michel (2004), Arqueologia do saber, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel (2008), A Ordem do Discurso, São Paulo, Loyola.

GASTAL, Susana (2006), Alegorias Urbanas: o passado como subterfúgio, Campinas, Papyrus.

GOMES, Mariana Selister (2009), Marketing Turístico e Violência contra as Mulheres: (Des)(re)construções do Brasil como um Paraíso de Mulatas. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GOMES, Mariana Selister (2014), Narrativas Patrimoniais e Turísticas em Salvador: (des)(re)construções do mito da democracia racial brasileira In: Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, ANPOCS.

GOMES, Mariana Selister; COSTA, Eline Ramos (2015), A Naturalização Do Genocídio Africano: Um Estudo De Caso Sobre O Museu Afro-Brasileiro De Laranjeiras/SE. In: III Seminário Museus, Cidades e Patrimônios, Aracaju, UFS.

GOMES, Mariana Selister; Vasconcelos, Cyndiane (2016), Os excluídos da história: Mulheres, negros e indígenas nos museus de São Cristóvão-SE. In: I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, Aracaju, UFS.

GOMES, Mariana Selister (2016) (org), Dossiê Gênero e Interseccionalidade, Revista TOMO, nº 28, jan/jun.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. (2005), Racismo e anti-racismo no Brasil, São Paulo, Editora 34.

GRUZINSKY, Serge (2004). A Colonização do Imaginário. São Paulo, Cia das Letras.

HALBWACHS, Maurice (1990). Memória coletiva e memória individual e Memória Coletiva e Memória Histórica. São Paulo: Vértice.

HUYSSSEN, Andréas (2000). Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano.

LUGONES, Maria (2008), "Colonialidad y Género". Tabula Rasa, n o 9, pp. 73-101.

LOURENÇO, Eduardo (1999), "Uma cultura do silêncio", em Jorge Ribeiro, Marcas da Guerra Colonial, Porto, Campo das Letras, pp. 220-222.

MACHADO, Roberto (1986). Introdução. Microfísica do poder, São Paulo, Graal.

MARTINS, Leonor (2014). Império de Papel: Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940). Lisboa, Edições 70.

MCCLINTOCK, Anne. (2010), Couro Imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial. Campinas, Ed. Unicamp.

MUNANGA, Kabengele (1999), Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra, Petrópolis/RJ, Vozes.

NASCIMENTO, Elisa (2003), O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil, São Paulo, Selo Negro.

OTO, A. de. Apuntes sobre historia y cuerpos coloniales: algunas razones para seguir leyendo a Fanon. *Worlds & Knowledges Otherwise*, Durham, v. 1, n. 3, 2006.

POLLAK, Michael. (1989) Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC /FGV, v.2, n. 3.

QUIJANO, Aníbal. (2005), "Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina", in E. Lander (org.), *A Colonialidad do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires, Colección Sur Sur, CLACSO.

SAID, Edward (2007) *O Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Cia. das Letras.

VEYNE, Paul (2008) *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. Brasília, Editora da UNB.